

Hora do sinal verde para a Petrobras¹

Giorgio Romano Schutte²

Em 2022, o mundo bateu recorde no uso de carvão, e, neste ano, ultrapassará, pela primeira vez, o consumo de 100 milhões de barris de petróleo por dia (mbd), contra 68 milhões em 1992, ano da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Eco-92. O mundo e o Brasil precisam do petróleo, mas diante da crise climática, têm pressa, então como facilitar a transição energética com os recursos, governo e a Petrobras que temos em mãos?

O Energy Outlook BP, publicado no final de janeiro, prevê vários cenários para as próximas três décadas. No primeiro, a transição é lenta, com consumo acima de 100 mbd durante muitos anos, chegando a 75 mbd em 2050. Já no cenário “Net Zero”, é rápida, alcançando o pico de consumo de petróleo ainda nessa década, e o reduzindo para 20 mbd em 2050.

Mas como o diabo está nos detalhes, mais rápido que o declínio da demanda seria o esgotamento dos campos atuais, e mesmo na hipótese mais otimista, é necessário explorar novas áreas. A paralisação abrupta de investimentos em exploração de Petróleo & Gás (P&G) não levaria à sustentabilidade, mas ao caos. Ao mesmo tempo, há potencial a ser explorado na diminuição do impacto das energias fósseis, em particular dos Gases de Efeito Estufa (GEE). Contudo, as incertezas são enormes e os riscos desses investimentos são de longa maturação.

Logo, prevalecem as opções com destacada relação custo/ benefício e estabilidade institucional. O pré-sal está entre essas áreas, o que explica a presença de todas as principais petrolíferas no país. Correto, portanto, a Petrobras continuar apostando na exploração do pré-sal, como também investir na Margem Equatorial, a exemplo dos investimentos da Exxon nas águas territoriais da Guiana e Suriname. Mas isso não contradiz de nenhuma forma a

¹ Artigo publicado no Valor Econômico. Disponível em:

<https://valor.globo.com/opiniao/coluna/hora-do-sinal-verde-para-a-petrobras.ghtml>. Acesso em: 23 de fev. de 2023.

² Giorgio Romano Schutte é professor associado em Relações Internacionais e Economia da Universidade Federal do ABC e integrante do OPEB.

urgência em diversificar sua atuação para energias renováveis. Assim, a complexidade da relação entre políticas de curto prazo e transformações estruturais em curso ou necessárias são um desafio para governos e empresas.

Repare na troca do nome da estatal norueguesa Statoil, em 2018, para Equinor. Equi sugere equilíbrio, e a empresa continua investindo em exploração de petróleo e gás, principalmente no Mar do Norte, e no pré-sal, mas sinalizou a transformação em empresa de energia, e não mais de petróleo. Isso se traduziu em investimentos em fontes alternativas inclusive no Brasil, onde abriu sua primeira planta solar em nível global, além de investimentos em biocombustíveis.

Essa também foi a opção de outras petrolíferas europeias que investem no pré-sal, mas ao mesmo tempo no potencial de energias renováveis no Brasil. A anglo-holandesa Shell, por exemplo, reduziu as áreas de operação de P&G no mundo, mas manteve o pré-sal como prioridade. Ao mesmo tempo, desenvolve projetos eólicos, solares, de biocombustíveis (Raizen) e hidrogênio no Brasil. Outros players, como Total, BP e ENI atuam do mesmo modo. A TotalEnergies já confirmou seu interesse no polo de hidrogênio verde no Ceará.

Isso contrasta com a política da Petrobras nos últimos seis anos, voltada para aumentar a rentabilidade de curto prazo, com desinvestimentos e queda acentuada nos investimentos no geral e em energias renováveis. Ou seja, em flagrante contramão de seus concorrentes.

A lógica da desverticalização e desintegração não atingiu somente o setor de distribuição e refino, mas interrompeu também a transição para uma empresa líder de energia com visão estratégica de médio e longo prazo. Chegamos ao ponto de o ministro da Economia defender a rápida privatização da empresa, alegando que, no futuro breve, o fim da era do petróleo levaria a Petrobras a não valer nada.

Essa estratégia foi vitoriosa em seu objetivo. Houve de fato uma expressiva queda dos investimentos e, de outro lado, aumento da distribuição dos lucros na forma de dividendos (não tributados, diga-se de passagem). Em 2021, chegaram a R\$ 101,4 bilhões, e, no ano passado, cerca de 95% dos lucros da Petrobras foram distribuídos, nada menos que R\$ 180 bilhões. Mas ao contrário do que diz o senso comum, dois terços das ações com direito a dividendos da “estatal” estão nas mãos de acionistas privados, dos quais metade são estrangeiros. Houve até uma política de facilitar o pagamento de dividendos e, em 2022, foram distribuídos cerca de quatro vezes seus investimentos. Ainda sob a gestão passada, foi projetado o pagamento de dividendos de US\$ 80 bilhões nos próximos cinco anos.

É verdade que a Petrobras não é a única a obter e distribuir tais lucros, chamados por António Guterres, secretário-geral da ONU, de “imorais”. Mas vários países,

em particular a Itália e o Reino Unido, introduziram tributação especial sobre os lucros extraordinários (*windfall profit tax*). Recentemente, Joe Biden, presidente dos Estados Unidos, reclamou dos lucros da Exxon, acusando a empresa de não investir o necessário para ampliar a produção.

Um mecanismo de tributação especial, em caso de elevação dos preços internacionais, pode ser de interesse para o Brasil financiar um fundo de estabilização. Na Petrobras, no entanto, a necessária mudança na política de dividendos faz parte, também, da revisão do papel da empresa na transição energética.

O governo Lula se elegeu com a promessa de reindustrializar o país priorizando a economia digital e verde. Isso não depende só de esforços para atrair investimentos e cooperações internacionais. Há um potencial enorme de mobilizar a maior empresa brasileira, com grande capacidade de promover P&D (Pesquisa & Desenvolvimento), para ocupar novamente o papel de indutora do desenvolvimento, agora sustentável, do país, com a ambição de torná-la líder mundial na transição energética.

A Lei das Sociedades Anônimas garante à União o direito de orientar a Petrobras a atuar para o interesse público, o que justificou sua criação e é de conhecimento dos acionistas privados. Essa é uma oportunidade e tarefa histórica para a nova diretoria da Petrobras, por meio de uma revisão do Plano de Negócio 2023-2027, herdado na gestão passada, no qual constam as energias renováveis, mas de forma modesta demais para o potencial da empresa e as necessidades do Brasil e do mundo.